



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **398231**

Classificação **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

01-04-02

Data
11/05/02



REQUERIMENTO Número **IXI (1.ª)**

PERGUNTA Número **394/IXI (2.ª)**

Expeça-se
Publique-se
2011/06/03
O Secretário da Mesa

[Handwritten signature]

Assunto: Dívidas aos trabalhadores da Cimeira da NATO

Destinatário: Ministério de Estado e dos Negócios Estrangeiros

determinação de SEXP/AR a Sua Secretária da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.06.03

[Handwritten signature]

Em Novembro de 2010 realizou-se em Portugal a Cimeira da NATO. Para a organização de um evento desta envergadura, o Estado optou por recorrer a trabalhadores que não os funcionários públicos, tendo sub-contratado aspectos da organização do evento.

Por sua vez, e como é típico nestes casos, também os sub-contratantes contrataram trabalhadores individualmente, os quais ficaram sujeitos ao regime dos recibos verdes.

Estes trabalhadores, essenciais para a realização do evento, desempenharam tarefas como intérpretes, hospedeiras, tradutores, motoristas, área do catering, postos de informação, acreditação de convidados, acolhimento a corpos diplomáticos, entre outras, num horário diário que chegava a ir das 7h às 23h, durante vários dias seguidos.

Sucedem que, seis meses volvidos da realização do evento, e apesar da importância destes trabalhadores, e do seu elevado esforço e dedicação, não lhes foram ainda pagas as quantias que foram acordadas pelo seu trabalho na Cimeira da NATO.

Trata-se, em muitos casos, de trabalhadores que aceitaram este serviço por necessidades momentâneas, mas que até hoje continuam a não ter recebido qualquer remuneração.

Para agravar a situação, ter-lhes-á sido exigido no momento o recibo verde relativo ao pagamento devido. Ora, em primeiro lugar, é ilegal a exigência de passar recibo antes de recebido o pagamento. E, em segundo lugar, isso significa que em alguns casos os trabalhadores tiveram de adiantar não só o IVA relativo a um pagamento que não receberam, como de reflectir esse recibo no IRS de 2010 e pagar o imposto devido, quando nenhuma quantia foi ainda paga por parte do Estado.

O Bloco de Esquerda não pode aceitar a forma como o Estado trata estes trabalhadores. Recorre a um outsourcing, de forma a eliminar a sua responsabilidade directa para com os mesmos, e descursa os pagamentos devidos, sem ter em consideração as necessidades que os mesmos podem enfrentar. Mais, ao exigir de imediato os recibos, exige o pagamento de um imposto relativo a uma quantia em relação à qual é o próprio Estado que está em dívida.

Estamos, aliás, perante um duplo critério que é totalmente inaceitável. Na verdade, se no Orçamento do Estado para 2011 o Governo propõe até um benefício fiscal para a isenção de IRS para empreiteiros de obras de infra-estruturas comuns da NATO, por outro lado desconsidera os trabalhadores que contribuíram para a realização do evento e que para ele trabalharam não lhes pagando o que lhes deve.

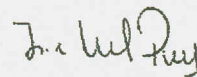
O Bloco de Esquerda considera esta situação inaceitável, devendo ser prestados esclarecimentos públicos sobre o assunto.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério de Estado e dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Está o Ministério a par da situação acima referida?
2. Por que motivo não foram ainda efectuados os pagamentos em causa?
3. Quando pretende o Governo efectuar os referidos pagamentos?

Palácio de São Bento, 2 de Junho de 2011.

O Deputado,



José Manuel Pureza